

## O Negro 98 Anos Depois da Abolição

Carlos A. Hasenbalg\*

Gostaria de começar este trabalho valendo-me de duas citações: "Um ônibus urbano é parado por policiais para uma checagem rotineira de documentos; mas as únicas pessoas requisitadas a mostrar suas identificações são cinco jovens negros. Uma bonita secretária mulata tenta entrar num restaurante caro, mas é barrada na porta com a alegação de que todas as mesas estão tomadas. Os residentes do exclusivo bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, reclamam quando uma nova linha de ônibus traz negros pobres para compartilharem de suas praias. Chovem protestos quando um homem branco se apaixona por uma mulher negra — e a beija — numa novela de televisão". "A questão racial é um dado da realidade e precisa ser enfrentada. A melhor maneira de fazê-lo ninguém sabe direito. Esta é uma daquelas guerras cujos caminhos de saída são encontrados no desenrolar de cada batalha. Uma prova de que, no Brasil, este problema exige atenção pode ser verificada até num detalhe do cotidiano. Nos restaurantes mais caros da África do Sul, todos os fregueses são brancos e os empregados são pretos. Nos restaurantes mais sofisticados do Brasil, todos os frequentadores são brancos e os empregados também".

As citações não foram escolhidas por acaso. A primeira delas abre uma matéria sobre a situação do racismo no Bra

sil, publicada na revista Senhor (20-05-86, transcrita do jornal inglês The Economist) e a segunda fecha uma reportagem da revista Veja (28-05-86) sobre a eleição da primeira Miss Brasil negra.

Estas mesmas citações insinuam alguns pontos. Em primeiro lugar, o destaque para o papel desempenhado pela imprensa como um dos poucos âmbitos públicos em que, mesmo esporadicamente, o problema do racismo e a questão racial são tratados de maneira realista e não ambígua.

Segundo, a reportagem do The Economist alerta para o fato de que aos estrangeiros que visitam ou permanecem algum tempo no Brasil não passa despercebida a contradição existente entre a imagem que o Brasil transmite para o exterior em termos de relações entre grupos raciais e a efetiva situação sócio-econômica e o tratamento recebido pela população negra brasileira.

O terceiro ponto diz respeito à pouca legitimidade das demandas do negro e a baixa visibilidade da questão racial e do próprio negro na estrutura da sociedade brasileira e seus centros de decisão. Dois acontecimentos do passado recente permitem ilustrar este ponto.

No dia 13 de maio de 1984 o Ministério da Justiça criou uma comissão que deveria editar em 1988 cinco livros sobre o centenário da abolição. A comissão, presidida pelo príncipe dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança foi composta por dez pessoas, todas brancas. A propósito deste caso, o New York Times

(30-11-84) comentou ironicamente: "Houve certamente acusações de racismo pela não inclusão de um negro, o que estimulou o secretário da comissão, Hamilton de Mattos Monteiro, a procurar por um negro com doutorado em história e especialização em escravidão no Brasil — qualificações que não são possuídas pelos outros membros da comissão".

O outro acontecimento significativo tem a ver com o processo de gestação da atual Comissão Provisória de Estudos Constituintes. A partir de uma reunião tida com lideranças negras em Uberlândia, no segundo semestre de 1984, o falecido Presidente Tancredo Neves cogitou o nome de tres pessoas negras para integrar a comissão. Quando a lista de componentes da comissão foi inicialmente anunciada em 1985, ela não contemplava os tres nomes sugeridos por Tancredo Neves. Houve imediatamente protestos de associações e grupos negros que levaram à inclusão do Professor Helio Santos como o único componente negro da comissão. Mesmo que a Comissão Arinos não tenha sido criada com o intuito de formar um corte representativo da sociedade brasileira, a presença nela de apenas um negro é indicativa da medida em que os 44% de população preta e parda do país estão excluídos dos setores sociais de onde os membros da comissão foram recrutados.<sup>1</sup>

Como outros países das Américas que passaram pela experiência da escravidão, o Brasil teve que lidar depois da abolição com o "problema" posto pelos ex-escravos e descendentes de africanos. A solução adotada pela nação para este "problema" fornece a chave para o entendimento das relações raciais no Bra

sil republicano. Esta solução não implicou em um sistema de segregação racial semelhante ao dos Estados Unidos, mas no branqueamento e na integração simbólica dos brasileiros não-brancos através da idéia de democracia racial.

No pensamento de muitos intelectuais e políticos dos anos finais do Império e primeiras décadas republicanas, a solução harmoniosa para o problema racial do país envolvia a desaparição gradual dos negros pela via de sua absorção na população branca. As suposições racistas subjacentes a esta solução eram a superioridade branca e o predomínio dos genes brancos, o que levaria a eventual eliminação dos não-brancos. A posterior erosão da legitimidade intelectual do ideal de embranquecimento não evitou que esse ideal criasse raízes fundas no grupo cuja desaparição era esperada, levando tendencialmente o próprio negro a sua auto-negação.

Abusando do que alguém chamou de vício comparativo (no caso, comparações com os Estados Unidos) outros setores da elite brasileira foram amadurecendo o que hoje é tido como o mito da democracia racial. A noção de democracia racial é uma poderosa construção ideológica cujo principal efeito tem sido o de manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade racial. Dois resultados práticos da aceitação monolítica pelo grupo branco da mitologia racial brasileira são dignos de atenção. Primeiro, uma vez que a idéia de democracia racial e seus corolários — ausência de preconceito e discriminação racial — são aceitos, manifestações de preconceito contra os negros são

atribuídas a diferenças de classe mais do que de raça. Conseqüentemente, as desigualdades entre brancos e negros não são percebidas como relacionadas a considerações raciais, mas vistas como resultado de fatores de classe. Segundo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se ver como eximidos de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros e mestiços. Isto último redonda no que Florestan Fernandes descreveu como isolamento político do negro.

Quais são os resultados de quase cem anos de práticas de democracia racial?

Podem ser consideradas algumas dimensões distributivas da sociedade brasileira, começando com o acesso à educação formal. O acesso à educação é fundamental para os não-brancos (pretos e pardos) porque é praticamente o único caminho aberto para a obtenção de posições sociais mais elevadas (apesar de que os retornos dos investimentos em educação são menores para os não-brancos do que para os brancos). Apesar da educação pública gratuita e obrigatória estender-se até a oitava série do primeiro grau, em 1976 a média de anos de instrução era de 4,5 para brancos e 2,9 para não-brancos. Segundo o censo demográfico de 1980, a proporção de pessoas com menos de um ano de instrução era de 25% para os brancos e 48% para os não-brancos. No outro extremo da hierarquia educacional, também em 1980, o grupo branco tinha 2,5 mais oportunidades do que o grupo não-branco completar entre 9 e 11 anos de estudo e seis vezes mais chances de obter 12 ou mais anos de escolaridade.

A participação dos dois grupos raciais na estrutura ocupacional também indica acentuadas desigualdades raciais. Em 1980, 24,8% de brancos economicamente ativos e 9,5% de não-brancos estavam empregados em ocupações não-manuais. A isto soma-se a concentração desproporcional de não-brancos nos setores que absorvem mão-de-obra pouco qualificada e mal remunerada. Assim, 49,9% de não-brancos e só 32,2% de brancos encontravam-se empregados na agropecuária e no setor de prestação de serviços.

Por sua vez, as desigualdades raciais na educação e nas oportunidades de emprego tem fortes efeitos sobre a distribuição de renda. Em 1976 os homens brancos na força de trabalho tinham uma renda média mensal de Cr\$40.716, ligeiramente superior a duas vezes a dos homens não-brancos, cuja média era Cr\$19.368. Estimativas derivadas do censo de 1980 indicam que as pessoas brancas com algum rendimento recebiam uma média de 3,7 salários mínimos, enquanto a média dos não-brancos era de 1,8 salários mínimos.

Tem sido argumentado que a posição social inferior dos negros no Brasil contemporâneo se deve aos diferentes pontos de partida de brancos e negros no momento da abolição da escravidão. Porém, o poder explicativo da escravidão como causa da subordinação social de negros e mestiços decresce ao longo do tempo. A assertiva de que as desigualdades raciais contemporâneas estão ligadas residualmente ao legado da escravidão se deve a continuada operação de princípios racistas de seleção social. Estudos recentes de mobilidade social de brancos e não-brancos indicam claramente que os dois grupos enfrentam diferen

tes estruturas de oportunidades sociais.

Práticas discriminatórias e a violência simbólica inerente a uma cultura racista tem limitado as oportunidades educacionais disponíveis para os não-brancos muito mais do que para os brancos da mesma origem social. Por sua vez, as realizações educacionais dos não-brancos são traduzidas em ganhos ocupacionais e de renda proporcionalmente menores que os dos brancos. Dada esta situação, pode-se concluir que não será através do processo de mobilidade social individual que o Brasil irá se aproximar de uma situação de maior igualdade entre grupos raciais.

Dada a atual conjuntura política e a aproximação do centenário do fim do escravismo, cabe perguntar-se até quando a sociedade brasileira poderá continuar a negar a existência de racismo no seu seio.

NOTAS

\* Agradeço a Juarez Coqueiro pela rápida localização do material de jornais usado neste trabalho.

1. É de conhecimento público a presença numérica majoritária na comissão de juristas, profissionais e especialistas de outras áreas e empresários.
2. Ver Nelson do Valle Silva, "Cor e o Processo de Realização Sócio-Econômica", DADOS, vol. 24, nº 2, 1981; Carlos A. Hasenbalg, "Race and Socioeconomic Inequalities in Brazil" , in Pierre-Michel Fontaine (ed.), Race, Class and Power in Brazil, Center for Afro-American Studies, University of California, Los Angeles, 1985, cap. 3; e Lúcia Elena G. de Oliveira et al., O Lugar do Negro na Força de Trabalho, Rio de Janeiro, IBGE, 1983.